

Impactos das Tecnologias nas Ciências Sociais Aplicadas 3



**Glucia Wesselovicz
Janaina Cazini
(Organizadoras)**

Glaucia Wesselovicz
Janaina Cazini
(Organizadoras)

Impactos das Tecnologias nas Ciências Sociais Aplicadas 3

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Geraldo Alves e Natália Sandrini

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

I34 Impactos das tecnologias nas ciências sociais aplicadas 3 [recurso eletrônico] / Organizadoras Glauca Wesselovicz, Janaina Cazini. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019. – (Impactos das Tecnologias nas Ciências Sociais Aplicadas; v. 3)

Formato: PDF
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
Modo de acesso: World Wide Web
Inclui bibliografia
ISBN 978-85-7247-213-5
DOI 10.22533/at.ed.135192703

1. Ciências sociais aplicadas. 2. Humanidades. 3. Tecnologia.
I. Wesselovicz, Glauca. II. Cazini, Janaina. III. Série.

CDD 300.1

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A obra “Impactos das Tecnologias nas Ciências Sociais Aplicadas” aborda uma série de livros de publicação da Atena Editora, em seus 16 capítulos do volume III, apresenta experiências do mundo corporativo em diversas áreas da gestão como: Pessoas, Finanças, Logística e Responsabilidade Social, tais áreas impactam diretamente nos stakeholders do ecossistema empresarial.

Os impactos da evolução tecnológica desde a máquina à vapor até a ascensão “Machine Learning”, é percebida de forma clara no ambiente organizacional, onde observa-se desde mudanças de processos à exigência de habilidades comportamentais. Com isso, as organizações que não estiverem atentas as tendências tecnológicas e mercadológicas serão fadadas a extinção.

É necessário um novo reformular o pensamento a respeito aos modelos de gestão existentes e das atitudes do profissional que converge nas habilidades técnicas e sociais, impactando no resultado final da organização.

Estes artigos apresentam cases que vem de encontro com essa perspectiva disruptiva do momento, conforme previsão de Magaldi e Neto (2008) “qualquer companhia desenhada para ter sucesso no Século XX está destinada a fracassar no Século XXI.

Glaucia Wesselovicz
Janáina Cazini

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
ANÁLISE DO PROCESSO ADMISSIONAL DE COLABORADORES EM EMPRESAS AUTOMOTIVAS	
Mikhaela Beatriz Prado de Araújo Dourado	
Carlos Eugênio Teixeira de Sousa	
Gladstone Alves Bezerra da Silva	
Larissa Silveira de Pinho	
Sabrina Cunha Lacerda	
Auristela do Nascimento Melo	
DOI 10.22533/at.ed.1351927031	
CAPÍTULO 2	14
AS RELAÇÕES SOCIAIS DE TRABALHO, NO CONTEXTO DE NEGÓCIOS SOCIAIS, À LUZ DA PSICODINÂMICA DO TRABALHO	
Diana Maria Goiana Alves	
Ana Cristina Batista dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.1351927032	
CAPÍTULO 3	24
MOTIVAÇÃO NO SETOR PÚBLICO	
Bruna Benites Nunes	
Nara Regina Theis Planella	
DOI 10.22533/at.ed.1351927033	
CAPÍTULO 4	39
ANÁLISE DO CLIMA ORGANIZACIONAL: ESTUDO DE CASO EM UMA EMPRESA DO RAMO MOVELEIRO DE FERNANDÓPOLIS (SP)	
Jairo Pimenta Neves Júnior	
Paulo Cesar Rodrigues Resende	
Renan Biudes Maziero	
Rodrigo Carrasco Bastida	
Daniela Boreli	
DOI 10.22533/at.ed.1351927034	
CAPÍTULO 5	62
APLICAÇÃO DA TEORIA DAS RESTRIÇÕES EM EMPRESA BENEFICIADORA DE BATATAS DO MUNICÍPIO DE ARAXÁ-MG	
Gabriel Borges Barbosa	
Arthur Henrique Nunes de Andrade	
Felipe dos Santos	
Fábio Augusto Martins	
DOI 10.22533/at.ed.1351927035	
CAPÍTULO 6	77
ATIVOS BIOLÓGICOS: UMA ANÁLISE EM EMPRESAS DO SEGMENTO DE CARNES E DERIVADOS LISTADAS NA BM&FBOVESPA	
Julia Alanne Paz Pinheiro	
Rosângela Queiroz Souza Valdevino	
Adriana Martins de Oliveira	
Rafael Ramon Fonseca Rodrigues	
DOI 10.22533/at.ed.1351927036	

CAPÍTULO 7	93
NOTA FISCAL PAULISTA E SEUS REFLEXOS	
Alison Carlos Bastos	
Caio Henrique Faria de Oliveira	
Nailton dos Santos	
Elaine Doro Mardegan Costa	
DOI 10.22533/at.ed.1351927037	
CAPÍTULO 8	108
EVOLUTION AND TRENDS IN MANAGEMENT SYSTEMS BASED ON INTERNATIONAL STANDARDS	
Héctor Rubén Tarcaya	
Angélica Noemí Arenas	
Gloria Plaza	
DOI 10.22533/at.ed.1351927038	
CAPÍTULO 9	114
GESTÃO AMBIENTAL NO CAMPUS MINISTRO REIS VELLOSO - UFPI: UMA QUESTÃO DE RELEVÂNCIA SOCIAL	
Débora Fernandes dos Santos	
Walkyane Alyne Santos Oliveira	
Mara Águida Porfírio Moura	
Kelsen Arcângelo Ferreira e Silva	
DOI 10.22533/at.ed.1351927039	
CAPÍTULO 10	122
GESTÃO SUSTENTÁVEL DA CADEIA DE SUPRIMENTOS: CONCEITOS E CONSTRUTOS	
Marília Monteiro dos Santos	
Fernando Luiz Emerenciano Viana	
DOI 10.22533/at.ed.13519270310	
CAPÍTULO 11	128
MICROCRÉDITO E INCLUSÃO SOCIAL NO BRASIL: O CASO CREDIAMIGO	
Fernanda Érica dos Santos Nunes Ornelas	
Sheila Raquel de Moraes Rego Lima	
DOI 10.22533/at.ed.13519270311	
CAPÍTULO 12	135
BASTA DE VERGONHA: UM ESTUDO PRELIMINAR SOBRE UMA CAMPANHA AO COMBATE À CORRUPÇÃO À LUZ DA GOVERNANÇA PÚBLICA	
Jean Carlos da Silveira	
Jamur Johnas Marchi	
DOI 10.22533/at.ed.13519270312	
CAPÍTULO 13	151
MODELAGEM MATEMÁTICA NA ADMINISTRAÇÃO: O USO DE CANAIS DE COMUNICAÇÃO EM ORGANIZAÇÕES PRIVADAS	
Gustavo Balsan Kubiak	
Paulo Reis Junior	
DOI 10.22533/at.ed.13519270313	

CAPÍTULO 14	160
ANÁLISE FINANCEIRA DA EMPRESA PAGUE MENOS: ANÁLISE VERTICAL E HORIZONTAL DA REDE FARMACÊUTICA NOS ANOS DE 2011 A 2017	
Luíza Alves Braga	
Viviana Menezes Costa	
Mariana Cantídio Mota Bezerra de Menezes	
Roselene Couras Del Vecchio da Ponte	
DOI 10.22533/at.ed.13519270314	
CAPÍTULO 15	167
O HOMEM E O TRABALHO: A NEGAÇÃO DA INDIVIDUALIDADE HUMANA PELO MERCADO DE FORÇA DE TRABALHO À LUZ DO LIVRO II DE O CAPITAL	
Pedro Hiago Santos Marques	
Betânea Moreira de Moraes	
Luana da Silva Dias	
Francisco Ayslan Regino da Silva	
Francisco Erick Tabosa Lima	
DOI 10.22533/at.ed.13519270315	
CAPÍTULO 16	174
A XI SEMANA ACADÊMICA DO CURSO DE BACHARELADO EM TURISMO COMO ATIVIDADE PRÁTICA DA DISCIPLINA DE GESTÃO DE EVENTOS	
Ellen Cristina Klein Schneider	
Bruna Frio Costa	
Dueyni Bastos	
Lívia Machado Costa	
Marina Testolin	
DOI 10.22533/at.ed.13519270316	
SOBRE AS ORGANIZADORAS	178

BASTA DE VERGONHA: UM ESTUDO PRELIMINAR SOBRE UMA CAMPANHA AO COMBATE À CORRUPÇÃO À LUZ DA GOVERNANÇA PÚBLICA

Jean Carlos da Silveira

Universidade Federal da Integração Latino-Americana

Foz do Iguaçu – Paraná

Jamur Johnas Marchi

Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Programa de Pós-graduação em Política Pública e Desenvolvimento (PPGPPD)

Foz do Iguaçu – Paraná

RESUMO: Este trabalho tem por objetivo analisar sob a ótica da governança pública a campanha Basta de Vergonha no município de Foz do Iguaçu-PR. Esta campanha teve por objetivo combater a corrupção e buscar a moralização da política local e foi fomentada pela sociedade civil organizada. Para isso realizou-se um estudo de caso onde, através de entrevistas com informantes-chave, observações e análise de documentos, buscou-se identificar evidências relacionadas as características teóricas dos conceitos de governança pública. Tendo em vista os resultados alcançados, percebeu-se que a campanha Basta de Vergonha, apresenta características de governança pública e que através dela se estabeleceu uma relação mais próxima entre Estado e sociedade diante do problema da corrupção no município. As características mais evidentes foram *compliance*, interação e transparência.

Conclui-se tais características contribuíram para aproximar a sociedade civil e o Estado para resolver problemas públicos de uma forma participativa e democrática.

PALAVRAS-CHAVE: Governança Pública. Corrupção. Sociedade Civil. Campanha Basta de Vergonha.

ABSTRACT: This work aims to analyze from the point of view of public governance the Basta Shame campaign in the municipality of Foz do Iguaçu-PR. This campaign aimed to combat corruption and seek the moralization of local politics and was fostered by organized civil society. For this, a case study was carried out where, through interviews with key informants, observations and document analysis, we sought to identify evidence related to the theoretical characteristics of the concepts of public governance. In view of the results achieved, it was noticed that the Basta of Shame campaign presents characteristics of public governance and that through it a closer relationship between state and society was established facing the problem of corruption in the municipality. The most evident characteristics were compliance, interaction and transparency. Such characteristics have been found to have contributed to bringing civil society and the State closer together to solve public problems in a participatory and democratic way.

KEYWORDS: Public Governance. Corruption. Civil Society. Campaign Basta de Vergonha.

1 | INTRODUÇÃO

Governança pública é um dos temas mais discutidos atualmente no campo da administração pública, tema inovador que tende a transformar o setor público (POLLIT et al, 2009). A governança pública surge como uma nova forma de governar, segundo (MATOS, DIAS, 2013, p. 3), “há uma necessidade geral de mudança na gestão pública”. Para que as mudanças aconteçam, é necessário ampliar a participação da sociedade, e nesse sentido a governança pública estabelece novas perspectivas para melhorar a administração pública passando por um novo sentido na relação Estado, governo e sociedade civil.

A perspectiva de melhorar a administração pública vem dos problemas que a governança pública propõe superar. Dentre estes, talvez o problema da burocracia excessiva dos processos administrativos do Estado, que acaba gerando ineficiência e conseqüentemente trazendo dificuldade na realização dos objetivos do governo é um dos mais graves. Entretanto, em meio aos excessos burocráticos, outro problema, talvez até mais grave, é a corrupção no setor público. Este problema foi o motivo pelo qual a sociedade civil em Foz do Iguaçu-PR deu início a campanha Basta de Vergonha, a fim de trazer novas perspectivas para a administração pública local.

A campanha Basta de Vergonha surgiu com os desdobramentos da Operação Pecúlio em Foz do Iguaçu, uma operação que investigou irregularidades na Câmara de vereadores do município onde estavam envolvidos servidores públicos em corrupção. Esta campanha foi idealizada e coordenada pela ACIFI (Associação Comercial e Empresarial de Foz do Iguaçu), OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) e Observatório Social de Foz do Iguaçu. Foi instituída em março de 2017 e está em funcionamento até o presente momento. Essas três instituições se uniram para exigir a moralização da política no município de Foz do Iguaçu-PR.

O intuito dessa pesquisa foi de analisar a campanha Basta de Vergonha sob a luz da governança pública. Para alcançar este objetivo, realizou-se um estudo de caso que buscou compreender aspectos ligados às razões que levaram a mobilização da sociedade civil, quais objetivos foram traçados e como estes foram definidos, como se deu os processos de colaboração e coordenação entre os diferentes atores no desenvolvimento da Campanha e quais os resultados obtidos. O presente trabalho está estruturado, além desta introdução, com referencial teórico que procura abordar o conceito de governança pública e suas características, aspectos metodológicos, apresentação e discussão dos resultados e considerações finais.

2 | DISTINÇÕES CONCEITUAIS DE GOVERNANÇA PÚBLICA

A palavra governança pública é utilizada em diversos campos de conhecimento, mas a sua origem está na palavra *governance* substantivo do verbo *to govern*, que na tradução significa “governar, conduzir o Estado” (MATOS; DIAS, 2013, p. 22).

A governança também significa uma maneira de perceber o governo como agente integrador e uma sociedade mais participativa, numa perspectiva mais ampla dos papéis do governo e sociedade. Para Frey (2004, p. 120), a governança é um processo interativo que “interpreta a participação ampliada como estratégia político-administrativa de “governar” as interações por medidas estruturais e intencionais”. Segundo Martins e Marini (2014) a governança pública se tornou o novo paradigma da administração pública, pois agora ampliou-se a perspectiva sobre governo e sociedade, essa nova perspectiva integra governo e sociedade, política e administração, gestão e políticas públicas em processos mais interativos. “Hoje, o governo está envolvido no processo político juntamente com muitos outros atores, empresas de mercado, associações, organizações sem fins lucrativos e cidadãos em geral” (DENHARDT, 2012, p. 270). Por conta desse maior envolvimento e multiplicação das interconexões de vários autores, os mecanismos tradicionais não funcionam mais na hora do controle governamental, (DENHARDT, 2012).

Alguns autores trabalham a hipótese de que a governança pública junta elementos de paradigmas anteriores como o de eficiência e eficácia (MARTINS e MARINI, 2014), ligados a noção de *boa governança*. Segundo, Gomides e Silva (2009, p. 191), para que exista uma boa governança é necessário; “processos de decisão claros em nível das autoridades públicas; instituições transparentes; responsabilizáveis, eficazes, e democráticas”.

Para Secchi (2009), a administração gerencialista impulsionou a governança pública que sucedeu ao modelo burocrático weberiano, esse movimento teve seu ápice em 1980 durante a crise do Estado, que aconteceu ao mesmo momento da administração pública gerencialista. As teorias desenvolvimentistas fizeram com que a governança pública tivesse uma série de práticas democráticas e de gestão, fazendo com que se melhorasse as condições econômicas e sociais. A combinação de boas práticas de gestão é chamada de “boa governança”, tal gestão é praticada pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial como requisito para países subdesenvolvidos receberem recursos econômicos.

A governança pública também tem a concepção segundo um projeto político democrático, pois mantém conexão com a política e com áreas específicas da política. A governança deve pensar na estruturação de um campo político com diversos interesses, culturas, crenças, com a participação de diversos atores no processo. Isso contribui na consolidação da democracia e formação de sujeitos políticos participativos, (DIAS; FERRAZ, 2014).

Outros autores trabalham elementos mais relacionais como a visão colaborativa,

participativa e em rede. Segundo Martins e Marini (2014, p. 48), “governança colaborativa é a ciência e a arte de gerar valor público de forma conectada”. Um exemplo de valor público é o retorno que o governo faz para os cidadãos por eles pagarem impostos, ou seja, a satisfação do cidadão por ele dar algo em troca (MOORE, 1994). A visão colaborativa visa formar redes de relacionamento entre instituições e a sociedade, segundo Martins e Marini (2014) a visão colaborativa é um fenômeno inevitável porque a sociedade está organizada em redes e, cada vez mais, partícipes das políticas públicas.

É importante, contudo, dar ênfase na diferença entre governança e governo. O conceito de governo está ligado a atuação tradicional de governo, no qual a administração pública se coloca de modo centralizado, coordenando e implementando políticas públicas sem a presença de atores informais. Governança é um conceito mais amplo, pois atesta um sentido além da autoridade formal e instituições do governo. As relações no modelo de governança são mais complexas, identificando atores como governo, setor privado e sociedade civil. Tais atores, agem de acordo com uma conduta determinada para satisfazer necessidades e resolver problemas comuns, com decisões não centralizadas no governo mas dividindo responsabilidades com os demais atores (MATOS, DIAS, 2013).

Também, parece que a governança pública pode ser percebida como novo modelo de gestão pública, ao trazer a inovação de criar estruturas e processos específicos, rompendo com a concepção tradicional de gestão pública. A governança pública, por ser em rede, amplia as estruturas do Estado e principalmente estreita a relação entre Estado e sociedade, em nível local. Neste caminho, ocorrem inclinações para o setor privado e para o terceiro setor, porém parece que tais inclinações não possuem conexão com o neoliberalismo, por mais que as concepções sejam próximas. Dessa forma, os modelos de governança pública partem de situações locais que levam a força dos atores privados e terceiro setor como participantes da nova gestão pública (PECI; PENNA; RODRIGUES, 2007). Estes elementos podem ajudar a caracterizar e compreender como diferentes atores da sociedade conseguem influenciar as decisões públicas, enfim, influenciar os processos da administração pública e da política. “Uma governança bem executada possibilita maior direção e coordenação de diversos atores, tais como sociedade civil e governo [...]” (NEVES et al, 2017, p. 4).

Por fim, percebe-se um elemento essencial na governança pública que é manter e estreitar a relação entre Estado e sociedade. Fazer com que atores da sociedade tenham uma visão colaborativa, formando redes integradas para a resolução de problemas públicos, pode contribuir para a superação da ideia de que apenas o governo resolve problemas que são comuns à sociedade. Neste caminho, a criação de conexões e políticas interativas, podem tornar a participação mais ampla e a política mais atenta aos problemas e desafios para a criação de valor público, dando a governança pública uma perspectiva estratégica.

2.1 Governança pública como estratégia

Segundo Matos e Dias (2013), a governança pode ser adotada como uma estratégia na administração pública, pois trata de uma nova concepção do papel do Estado e, refere-se a uma nova forma de governo que se opõe a tradicional. A expressão estratégia pode ser compreendida numa perspectiva além da tradicional de ordenamento de programas somente para atingir objetivos anteriormente definidos. É necessário também a criação de um plano que incorpore metas, políticas e sequencias de ações coerentes na organização inserindo a participação de todos os atores. Uma estratégia bem elaborada, alinhada com suas competências bem como suas fraquezas internas são essenciais para uma estratégia eficiente (MINTZBERG et al, 2006).

Antes, contudo, cabe destacar a concepção de Estado e governo, discorrendo o que cada um significa. Para Matos e Dias (2013, p. 10), o termo Estado se refere ao “conjunto de pessoas e de instituições que formam uma sociedade juridicamente organizada sobre um determinado território”. O Estado desempenha atividades que são realizadas por um governo, enquanto que governo se relaciona à uma forma de organização de poder a serviço do Estado para realizar atividades. A governança pública como estratégia pode ser percebida quando o Estado, através de um governo ou a sociedade civil, utilizam a governança para o propósito de atingir determinados fins públicos. Segundo Matos e Dias (2013), o compartilhamento do poder e a variedade dos grupos que atuam em áreas específicas, acaba tornando mais viável o cumprimento das demandas pelo Estado, como por exemplo no que diz respeito aos idosos, meio ambiente, entre outros.

Governança pública é um processo no qual, em determinados contextos, a partir de determinadas capacidades e qualidades institucionais, agentes públicos e privados buscam coproduzir serviços, políticas e bens públicos visando a geração de valor público sustentável (MARTINS, p. 1, 2011).

Contudo, esta interação entre Estado e sociedade pressupõe um novo contexto das políticas públicas, segundo Matos e Dias (2013, p. 62), “as políticas públicas nesse novo contexto, se dirigem e são gerenciadas através de redes de atores públicos e privados que interagem entre si em um marco mais ou menos institucionalizado”. O discurso da relação entre Estado e o desenvolvimento da sociedade, é aqui chamado de governança pública, pode ser apresentado como uma estratégia com propósito de atender os interesses públicos. A estratégia de governança é então um desenho para encontrar solução para os problemas públicos com processos mais democráticos, (DIAS, FERRAZ, 2014)

Matos e Dias (2017), deixa outra contribuição importante sobre a governança como estratégia. Comenta que nesse novo contexto das políticas públicas além da necessidade da colaboração, é necessária uma estratégia feita com especialistas para atingir fins públicos com êxito. Em casos de problemas complexos é essencial que tenha alguém com conhecimento profundo para propor possíveis respostas que

sejam boas para o futuro e principalmente que seja viável para implementá-las. Assim, a participação da sociedade torna-se um elemento chave para resolver problemas complexos que o Estado de forma individual teria dificuldade para resolver.

Na governança pública se estabelece um Estado que transcende o tradicional, considerando o Estado como agente da governança. Para entender essa estratégia, se estabeleceu três transformações do Estado tradicional para o modelo; (1) de um Estado de serviço, produtor do bem público, em um Estado que serve de garantia à produção do bem público; (2) de um Estado ativo, provedor solitário do bem público, em um Estado ativador, que aciona e coordena outros atores a produzir com ele; (3) de um Estado dirigente ou gestor em um Estado cooperativo, que produz o bem público em conjunto com outros atores (KISLLER; HEIDEMANN, 2006).

Neste sentido, Baptista (2017) reforça essa superação do Estado tradicional através da ideia de criar cooperações e parcerias para formar espaços de governança, esse objetivo faz parte para formar a governança pública como uma estratégia e também como um arranjo de governo. A ótica da governança pública como estratégia do setor público surge no interesse formar redes que se solidarizem em criar espaços para transformar o setor público num lugar mais participativo e eficiente na hora de resolver problemas comuns.

2.2 Características de governança pública

O conceito de governança pública possui elementos que ajudam no desenvolvimento de uma nação. Segundo Secchi (2009, p. 358) “teorias do desenvolvimento tratam a governança como um conjunto adequado de práticas democráticas e de gestão que ajudam os países a melhorar suas condições de desenvolvimento econômico e social”.

Para melhor compreender este conceito multifacetado, faz necessário destacar as suas características, que podem ser percebidas nas práticas de gestão pública. Tais características quando presentes em determinado contexto ou situação evidenciam a presença da concepção de governança pública. O Quadro 1 apresenta as características da governança pública identificadas na literatura.

CARACTERÍSTICAS	DESCRIÇÃO	IMPORTÂNCIA
Capacidades e arranjos institucionais	Estes constituem o componente de qualificação, no sentido de pré-requisitos habilitadores e facilitadores à geração de resultados e formação de redes de governança (MARINI et al, 2011). Do ponto de vista da organização, capacidades e qualidades institucionais também se referem ao modelo jurídico-institucional e ao modelo de gestão (MARTINS, 2011).	Habilidades, conhecimentos e atitudes são componentes que constituem capacidades e arranjos institucionais eficazes.

Compliance	Conformidade legal e cumprimento de normas reguladoras contidas nos estatutos sociais, nos regimes internos e nas instituições do país (OLIVEIRA; PISA, 2015).	Contribuir para ações dentro da legalidade e evitar possíveis atos ilícitos dentro de uma organização.
Interação	Governar torna-se um processo interativo porque nenhum ator detém sozinho o conhecimento e a capacidade de recursos para resolver problemas unilateralmente (KLAUS, 2004).	Torna as instituições mais participativas e democráticas, compartilhando responsabilidades entre os atores.
Parceria público-privado	Novas tendências de uma gestão compartilhada e interinstitucional que envolve o setor público, o setor produtivo e o terceiro setor. A criação de redes e as parcerias público-privado são processos políticos cada dia mais dominantes no novo mundo urbano fragmentado (KLAUS, 2004). Articulação e coordenação dos interesses coletivos se dão a partir de padrões negociados de coordenação entre o público e o privado, participação direta e vários Arranjos de articulação com o público (RONCONI, 2011).	Os setores privados estão inseridos na sociedade e não podem ser deixados de lado, a criação de redes facilita as realizações dos objetivos do governo.
Equidade	Caracteriza-se pelo tratamento justo de todos os sócios e demais <i>stakeholders</i> . São consideradas inaceitáveis quaisquer atitudes ou políticas discriminatórias, (OLIVEIRA; PISA, 2015).	A equidade é importante para que não haja vantagens de poderes de um sobre o outro e as decisões são tomadas de forma horizontal.
Transparência	Mais do que a obrigação legal de informar, importante é criar a cultura de disponibilizar as informações às partes interessadas (OLIVEIRA; PISA, 2015).	A transparência resulta em confiança e um feedback de o que está sendo feito com os recursos.
Visão estratégica	Líderes e público devem ter uma perspectiva ampla e de longo prazo sobre a boa governança e do desenvolvimento humano, juntamente com a percepção do que é necessário para tal desenvolvimento (MATOS; DIAS, 2013)	Existe uma estratégia por trás da governança pública, e essa estratégia é o que leva os atores a realizarem os objetivos.

Quadro 1. Características de governança pública

Fonte: elaboração própria com base na literatura.

Segundo MARINI et al (2011) possuir **capacidades e arranjo institucional** é um dos elementos importantes que caracterizam a governança pública. Ter capacidade significa ter competência e potencial de atuação. O propósito é gerar resultados ampliando o conceito de instituições públicas e privadas. Na década de 90 o conceito de governança estava ligado totalmente a capacidade de governo, hoje está mais ligado ao sentido de ser pré-requisito para facilitar a geração de resultados e a formar redes e arranjos de governança.

Compliance é um termo relativamente novo, usado mais pelas instituições privadas, porém esse conceito está começando a ter uso na gestão pública no sentido de “conformidade legal e cumprimento de normas reguladoras contidas nos estatutos sociais, nos regimes internos e nas instituições do país” (OLIVEIRA; PISA, 2005, p. 1268). No Brasil esse termo vem ganhando consolidação e vem sendo uma das bases da governança, implantando meios para assegurar a conformidade com normas, leis e políticas internas e externas, desenvolvendo um ambiente mais ético, transparente por meio de controles internos (MANZI, 2010).

Interatividade é uma característica atribuída à uma gestão compartilhada que envolve os três setores, público, produtivo e terceiro setor. Interagir com outros setores da sociedade através da criação de redes são processos políticos cada vez mais recorrentes. Na governança interativa todos detêm o conhecimento, o que torna um processo interativo (STOKER, 2000, *apud*. FREY, 2004, p. 121). Nesse contexto, a governança implica em criar condições que favoreça as interações entre diversos atores para lidar com a diversidade e com a complexidade da sociedade (KOOIMAN, 2007).

A ação do Estado possui limitações, e para que essas limitações fossem superadas, criou-se processos políticos como a criação de **parcerias público-privado**. “A criação de redes e as parcerias público-privado são processos políticos cada dia mais dominantes no novo mundo urbano fragmentado” (STOKER, 2000, *apud* FREY, 2004, p. 121). No caso de Curitiba e Porto Alegre, criaram um novo modelo de gestão denominada de “estratégica, compartilhada, descentralizada, Inter setorial e voltada para resultados” (IMAP, 2000, *apud* FREY, 2004, p. 131). Para desenvolver tal modelo, foram estendidas as parcerias público-privado para terem uma economia favorável e um desenvolvimento sustentável local.

A **equidade** versa sobre as políticas de caráter horizontal, sem discriminação. No contexto da governança pública, esse termo tem o sentido de criar políticas com base em dois princípios segundo o banco mundial; o primeiro é sobre criar oportunidades iguais a todos sem discriminação, criando políticas que seja acessível a todos; o segundo princípio é realizar prevenções contra a privação dos resultados das políticas do governo em todas as áreas, saúde, educação, entre outros (OLIVEIRA; PISA, 2015, p. 127).

A **transparência** é componente essencial dentro da governança pública, é importante criar uma cultura de disponibilização de resultados e informações. O resultado da transparência é a confiança nas instituições. Segundo um relatório da OCDE, “O Estado deve ser transparente o suficiente na apresentação dos dados, para que se possa avaliar se os investimentos estão sendo realizados de maneira eficaz, eficiente e efetiva, com a lisura que se espera do gestor público”. (OLIVEIRA; PISA, 2015, p. 1269).

A noção de **visão estratégica** se refere a visão de longo prazo. “Líderes e público devem ter uma perspectiva ampla e de longo prazo sobre a governança e do

desenvolvimento humano, juntamente com a percepção do que é necessário para tal desenvolvimento” (MATOS e DIAS, 2013, p. 40). A ideia de **visão estratégica** dentro da governança pública requer olhar diferentes cenários de maneira prospectiva para realizar políticas eficazes.

Essas características explicitam a ideia de governança pública. Na medida em que se inter-relacionam, representam o ideal de governança pública. Cada uma dessas características tem sua importância para a governança pública enquanto modelo estratégico. São elas que dão forma a uma estratégia de gestão pública mais democrática e participativa. Neste sentido, pode-se dizer que uma boa governança pública tem como pilares essas dez características.

3 | PROCEDIMENTO METODOLÓGICO

Tendo por base o objetivo da pesquisa de analisar a campanha Basta de Vergonha em Foz do Iguaçu a partir das características de governança pública. Utilizou-se como método de pesquisa o Estudo de Caso (YIN, 1994), que proporciona familiaridade com o problema tendendo explicitá-lo. A pesquisa envolveu também um levantamento bibliográfico, para elaborar uma base teórica contendo, características da governança pública de cada artigo relacionado ao tema, conceito, objeto de estudo, método, contribuição, referência e palavras chaves de cada artigo selecionado dentro dos periódicos, conforme preconiza (GIL, 2008, p. 87). Tal base de dados, auxiliou a formulação do referencial teórico e permitiu elaborar características a serem confrontadas com as evidências empíricas.

A pesquisa foi realizada através da busca de dados por diversas fontes de evidências: documentais, como artigos de jornais, notícias de revistas eletrônicas, site das instituições envolvidas, para recolher informações de diferentes meios de comunicações, e, entrevistas com 2 informantes-chave A e B (pessoas envolvidas na liderança da campanha).

A entrevista com o informante-chave A, foi realizada na sede da ACIFI. A entrevista ocorreu no mês de agosto de 2017, na forma semiestruturada (LAKATOS, 2003) com 8 perguntas abertas e duração de 30 minutos. A segunda entrevista com o informante-chave B, do Observatório Social do Brasil, foi realizada no dia 31 de março de 2018 na forma semiestruturada. Os dados coletados foram transcritos e posteriormente analisados através da comparação com as características de governança pública encontradas na literatura, como preconiza os Estudos de Caso (YIN, 1994). Neste caminho, buscou-se aspectos da governança pública referentes a campanha basta de vergonha, no intuito de achar familiaridades entre o tema da pesquisa e o objeto.

4 | RESULTADOS E DISCUSSÕES

A campanha Basta de Vergonha teve seu início com os desdobramentos da Operação Pecúlio da Polícia Federal em Foz do Iguaçu-PR. Uma operação que investigou irregularidades na Câmara de Vereadores do município onde estavam envolvidos servidores públicos em corrupção. Foram presos 12 dos 15 vereadores do município, sendo 5 reeleitos posteriormente sob custódia da Polícia Federal. Esta campanha foi formada pela ACIFI (Associação Comercial e Empresarial de Foz do Iguaçu), OAB (Ordem dos Advogados do Brasil), Observatório Social de Foz do Iguaçu, foi instituída em março de 2017. Essas três instituições se uniram para exigir a moralização da política no município de Foz do Iguaçu-PR.

A campanha Basta de Vergonha tinha como responsabilidade alcançar quatro objetivos: a abertura imediata da comissão processante para a apuração da quebra de decoro parlamentar dos vereadores eleitos e suplentes denunciados na Operação Pecúlio; a redução, em lei, para 02 assessores legislativos por gabinete com remuneração máxima de 50% dos vencimentos do vereador; a prestação de contas mensal das atividades de fiscalização dos gastos públicos mensais; e, a criação de mecanismo legais e efetivos para garantir a transparência da gestão pública municipal.

Para a melhor compreensão das características de governança e relacionando tais características as evidências encontradas, foi elaborado um quadro (Quadro 2), com uma coluna elencando as características da governança pública encontradas na literatura, uma segunda coluna com as evidências da entrevista com o informante-chave A, na segunda coluna estão as evidências coletadas na entrevista com o informante-chave B, e na terceira e última coluna foram inseridas evidências oriundas da análise documental advindas de recortes dos documentos (jornais, revistas e sites da internet).

A primeira característica identificada dentro das evidências demonstrou capacidades e arranjos institucionais. Notou-se através das entrevistas que cada uma das três instituições tinha capacidades específicas, e assim juntos conseguiam formar um arranjo onde cada um com sua capacidade contribui de uma forma específica para realizar os objetivos. Segundo Marini et al (2011) as capacidades são as habilidades de cada ator responsável para atuar dentro desses arranjos institucionais. Portanto tal característica se encontra através das evidências que não tinha como deixar o observatório social e nem a Organização dos Advogados do Brasil fora da campanha, pois cada uma servia a campanha de uma forma ímpar.

A segunda característica, é um conceito bem atual tanto nas organizações públicas e privadas. Na entrevista da evidência A destaca que a campanha surgiu devido aos escândalos de corrupção, uma segunda evidência foi encontrada nas observações de documentos comenta sobre a falta de atuação da câmara que tem o compromisso de fiscalizar mas não atua de tal forma. Nesse contexto, a característica *compliance* aparece no sentido segundo o conceito de Oliveira e Pisa (2015, p. 1268),

de agir em “Conformidade legal e cumprimento de normas reguladoras contidas nos estatutos sociais, nos regimes internos e nas instituições do país”. Contudo, percebe-se tal característica na campanha indicando que a campanha surge para ajustar a conduta do executivo e legislativo de acordo com a conformidade legal, da mesma forma que é denunciado pelo documento colhido a falta do cumprimento do regimento interno da câmara em cumprir seu papel dentro das normas legais.

CARACTERÍSTICA	Evidências		
	Informante-chave A	Informante-chave B	Documentos
Capacidades e arranjos institucionais (MARINI, MARTINS, MOTA, 2011)	“Não tinha como deixar o observatório social sem participar, o interesse eram deles também [...] E por uma questão até para se embasar juridicamente e até pelo peso da instituição a OAB nos abraçou e as coisas veio a calhar”.	“Nós temos uma assessoria jurídica que nos acompanha e mostra o caminho daquela ação que vamos tomar, de forma legal e segura”.	-
<i>Compliance</i> (OLIVEIRA; PISA, 2015)	“A campanha surgiu em função dos escândalos de corrupção [...] tanto da parte do executivo quanto do legislativo”.	-	“O papel da Câmara de Vereadores não é só de legislador, mas de fiscalizador. O que a gente percebe é uma falta de atuação da Câmara de Vereadores em ver o que está acontecendo na cidade e no governo. Isso depois acaba dando trabalho ao sistema de justiça criminal” (http://www.clickfozdoiguacu.com.br)
Interação (Klaus, 2004)	“Só com a pressão popular, a organização da sociedade organizada, civil organizada unida que a gente pode mudar o cenário da nossa política local, Estadual e até Federal”.	“A sociedade civil deveria ter e tem espaço através dos conselhos que representam... o conselho da saúde[...] de vários conselhos que existem, eles são a participação da sociedade nas decisões públicas”.	-
Parceria público-privado (Klaus, 2004)	Privado	Público	-
Equidade Oliveira e Pisa (2015)	“Não há hierarquia, é uma distribuição, uma responsabilidade dividida e as ações também são divididas”	“As decisões são tomadas por colegiado, se um não concorda voltamos ao debate até que seja uma posição unanime”.	-

Transparência Oliveira e Pisa (2015)	“A primeira etapa da campanha foi focada no legislativo onde nós contestamos [...] a falta de transparência daquela instituição”	-	“Conselho de Ética se reúne para tratar de aperfeiçoamento do Portal da Transparência” (notícia: www.camarafoz.pr.gov.br)
Visão estratégica (Matos e Dias, 2013)	“Nós temos um núcleo com os representantes das entidades, dois ou três de cada entidade, nós nos reunimos para articular e planejar a campanha”	“A gente faz um planejamento das ações que serão feitas para atingir aquele objetivo”.	-

Quadro 2. Características de governança pública e evidências encontradas

Fonte: dados da pesquisa.

Na terceira característica, interação, Klaus (2004, p. 123) destaca que “torna-se tarefa crucial da governança interativa prover um clima de interação favorável para que tais sinergias e formas inovadoras de colaboração possam emergir”. Na evidência A destaca a necessidade da interação com a sociedade para assim provocar transformações dentro da política, em outras palavras é essa sinergia que colabora para que aconteça as transformações necessárias dentro da política. Segundo as evidências coletadas nos documentos, a sociedade deve ter espaço para participar, tanto através de conselhos ou outros meios que de poder para haja interação e que isso seja favorável para que todos participem no processo de governança.

De forma sucinta a quarta característica, parceria público-privada, distingue que é importante entender as limitações da ação do Estado. De tal forma é importante caracterizar as organizações e perceber que o processo de governança junta o público e o privado. Para tanto, o informante da entrevista A, é representante de uma instituição privada (Associação Comercial e Empresarial de Foz do Iguaçu- ACIFI) portanto, apesar que seu papel institucional seja proteger o interesse de determinada camada da sociedade, quanto ao seu papel social ela atua na defesa do interesse público. A segunda organização, está caracterizada como pública, (Observatório Social de Foz do Iguaçu) já possui compromisso público dentro do seu papel enquanto instituição, portanto ela estende seu compromisso se comprometendo dentro da campanha.

A quinta característica indica um elemento essencial dentro da campanha, a equidade segundo Pisa e Oliveira (2015, p. 1268), “caracteriza-se pelo tratamento justo de todos os sócios e demais *stakeholders* (partes interessadas)”. De forma clara notou-se esse elemento dentro da campanha. Na entrevista A, foi alegado que não havia nenhuma hierarquia entre as instituições dentro da campanha. A entrevista B confirmou tal conceito ao mostrar que as decisões são tomadas através de colegiado e se não for possível o consenso, voltam a discutir o objeto de debate até que tenha um consenso. Tal elemento é fundamental para que haja governança, pois, as decisões de uma instituição devem ser de acordo com o interesse comum da campanha.

A sexta característica encontrada nas evidências, a transparência segundo Pisa e

Oliveira (p. 1268, 2015) é “mais do que a obrigação legal de informar, importante é criar a cultura de disponibilizar as informações às partes interessadas”. A campanha tinha como um dos objetivos o aperfeiçoamento do portal da transparência do município, a evidência da característica se encontra no argumento da entrevista A que foi contestada na primeira fase da campanha onde exigiram o legislativo uma reforma no portal da transparência. As evidências encontradas nos documentos sugerem um movimento do conselho de ética da Câmara para discutir como aperfeiçoar o portal, confirmando com a característica evidenciada que é necessário criar uma cultura de disponibilizar as informações as partes interessadas. Contudo a característica se confirma de forma clara dentro das evidências coletadas.

Sétima e última característica encontrada nas evidências, diz respeito a visão estratégica. De acordo com as evidências, foi formado um núcleo com os representantes das entidades, para articular e planejar a campanha, essa perspectiva é de logo prazo e tende a estabelecer antecipadamente qual será a próxima fase da campanha. O informante-chave B confirma ainda mais a presença dessa característica, onde é feito um planejamento de cada ação para se alcançar o objetivo, portanto percebe-se uma preocupação em orientar a ação pré-definindo os recursos necessários e os atores responsáveis pela execução da ação para assim se chegar ao objetivo.

Nas entrevistas com os informantes-chave, também foi questionado sobre como surgiu a iniciativa da campanha, segundo o entrevistado da ACIFI, o “interesse surgiu das três entidades por conta da vergonha que o município estava passando por causa da corrupção”, sendo assim notaram que era necessária uma mobilização. Perguntou-se houve alguma instituição que aderiu à campanha e depois desistiu ou se alguma entidade além das três aderiu à campanha. Segundo os informantes não houve, porém existem outras entidades que apoiam o movimento, como o CODEFOZ (Conselho de Desenvolvimento de Foz do Iguaçu). Essas respostas vão ao encontro do próprio conceito de governança interativa, de acordo com Frey (2004, p. 121), pois foi criada uma nova estrutura interativa para transformar os atores da sociedade civil organizada em atores na busca de soluções para problemas públicos.

Foram feitas indagações também sobre a coordenação e a colaboração entre os participantes. Segundo o informante-chave A “não existe hierarquia, as decisões são tomadas de comum acordo”, coincidindo com a informante-chave B que destacou: “as decisões são tomadas por meio de colegiado”. A mesma coisa acontece com a coordenação da campanha, onde são feitas reuniões com dois ou três representantes da entidade da campanha junto ao legislativo do município para dar conhecimento e pressionar ações para realizar os objetivos da campanha. Estas informações corroboram com Stoker (2000) apud. Frey (2004, p. 121), quando sugere que governar é um processo interativo porque nenhum ator detém sozinho o poder de fazer decisões.

Durante a entrevista, foi identificado que a Campanha, enquanto estrutura interativa de governança pública, tem os seguintes objetivos: abrir a comissão processante para verificar a quebra de decoro parlamentar dos vereadores, reduzir o

número de assessores de 4 para 2; reduzir vencimentos pela metade; divulgar relatório mensal do que foi feito pelos vereadores; melhorar o portal da transparência do município, pois existe uma grande dificuldade para ter acesso. Segundo o informante, “até então apenas a comissão processante foi realizada e os vereadores denunciados já se afastaram.” Ainda, de acordo com o entrevistado, sobre o portal da transparência já há uma mobilização dos vereadores para melhorar o acesso. Quanto aos demais objetivos ainda existe uma dificuldade, porém estão trabalhando para conquista-los.

Com a análise dos dados da entrevista foi possível perceber que a Campanha Basta de Vergonha pode ser considerada uma estrutura interativa de governança pública. Esta estrutura é composta por diferentes instituições da sociedade civil e possui objetivos definidos. Segundo um dos informantes-chave, esta forma de atuação “é a única ferramenta de mudança na sociedade que realmente funciona, pois a pressão popular de forma organizada, leva aos representantes ficarem acuados e trabalharem mais com intenção de gerar valor a sociedade.” Pode-se dizer então que a governança pública consiste então em um mecanismo que cria laços entre diferentes atores e setores da sociedade para realizar propósitos públicos.

Dentre todas as características observadas, algumas se destacam no objeto de estudo, a primeira é o **compliance**, pelo motivo da campanha estar empenhada em fiscalizar o cumprimento das regras, no caso o objeto estudo tem o compromisso de manter a moralidade na política de Foz do Iguaçu. Outras características em destaque é a **interação** e a **transparência**. Nas palavras do entrevistado, só uma sociedade organizada pode mudar o cenário da política, portanto a interação é primordial, várias organizações juntamente com o apoio da população para fazer as transformações desejadas. A transparência é uma característica muito presente, tanto que é uma das pautas da campanha. Essas três características são as mais presentes no objeto de estudo, entretanto todas as características classificadas são importantes e essenciais para a formação de uma governança pública sólida.

CONCLUSÃO

Os resultados da pesquisa oportunizaram perceber na prática aspectos importantes relacionados aos conceitos de governança pública. Acredita-se que o objetivo de analisar a campanha Basta de Vergonha sob a luz da governança pública foi alcançado, pois permitiu caracterizar a mobilização das instituições, como uma forma de governança pública. Contudo, existe muitos outros elementos que caracterizam a governança pública e não estavam presentes no objeto de pesquisa. Por outro lado, o presente trabalho teve algumas limitações, das quais se destaca o fato de se basear em duas fontes de evidência, ou seja, entrevistas e documentos.

A análise da campanha Basta de Vergonha permitiu verificar a existência de várias características de governança pública, com elementos de interação e participação da sociedade civil organizada da cidade de Foz do Iguaçu-PR. Conhecer

e compreender estruturas como essa, contribuem para a produção de conhecimento de como a sociedade está criando alternativas para enfrentar e solucionar problemas comuns. Sugere-se que pesquisas futuras sejam realizadas de forma longitudinal a fim de acompanhar a evolução de estratégias deste tipo, desde sua origem até seu encerramento. Também, sugere-se que outras ações da sociedade civil sejam estudadas sob a perspectiva de governança pública.

REFERÊNCIAS

BAPTISTA, Vinicius Ferreira. **A governança pública como antigovernança**. Revista espaço acadêmico, Rio de Janeiro, n. 194, p. 122-134, Junho/2017.

COIMBRA, Marcelo de Aguiar e Manzi, Vanessa Alessi e Instituto de Compliance e Integridade Corporativa (ICIC). **Manual de Compliance: Preservando a Boa Governança e a Integridade das Organizações**. Editora Atlas, 2010. 148p.

DENHARDT, Robert B. **Teorias da Administração Pública**. Editora: Cengage Learning, São Paulo, 6. Ed, 2015.

DIAS, Taisa; FERRAZ, Silvio A.C. **Governança Pública: ensaiando uma concepção. Contabilidade, Gestão e Governança**, Brasília, V. 17, n. 3, p. 89-108, set/dez, 2014.

FREY, Klaus. **Governança interativa: uma concepção para compreender a gestão pública participativa?** Revista Política e Sociedade, Florianópolis-SC, v. 3, n. 5 (2004).

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. Editora Atlas, São Paulo, 6. Ed, 2008.

KLAUS, Frey. **Governança interativa: uma concepção para compreender a gestão pública participativa?** Revista Política e Sociedade, v. 1, n. 5, p. 119-138, Outubro/2004.

LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. Editora Atlas S.A, 5. Ed. São Paulo, 2003.

MARTINS, Humberto, MARINI, Caio. **Governança Pública Contemporânea: uma tentativa de dissecação conceitual**. Revista do TCU, Brasília-DF, n.130, p. 42 – 53, Maio/ago 2014.

MARTINS, Humberto Falcão. **Governança Pública**. Instituto de gestão, Economia e Políticas Públicas, Brasília, v. 1, n. 1, p. 1-16, julho/2011.

MATOS, Fernanda; DIAS, Reinaldo. **Governança Pública Novo Arranjo de Governo**. Alínea Editora. Campinas, SP; Vol. 1, n. 1; 2013

MINTZBERG, H.; LAMPEL, J.; QUINN, J. B.; GHOSHAL, S. **O processo da estratégia: conceitos, contextos e casos selecionados**. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2006.

OLIVEIRA, A.G de; PISA, B.J. IGovP: índice de avaliação da governança pública — instrumento de planejamento do Estado e de controle social pelo cidadão. Revista Administração Pública, 5. Ed. Rio de Janeiro, 2015.

RONCONI, Luciana. **Governança pública: um desafio à democracia**. Revista Emancipação, Ponta Grossa, v. 11, n. 1. p. 21-34, 2011.

SECCHI, Leonardo. **Modelos organizacionais e reformas da administração pública**. Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro v. 43, n. 2, p. 347-69, MAR./ABR. 2009

YIN, Robert. **Pesquisa Estudo de Caso - Desenho e Métodos**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 1994.

KOOIMAN, Jan. **Governing as Governance**. Public Administration, Malden. Vol.85, n. 1, p. 227-253, 2007.

KISLLER, Leo, HEIDEMANN, Francisco G. **Governança pública: novo modelo regulatório para as relações entre Estado, mercado e sociedade**. Revista de administração pública, Rio de Janeiro, v. 3, p. 480-498, Mai/Jun 2006.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-213-5

